

O CABO E AS REVOLUÇÕES PERNAMBUCANAS

Rachel Caldas Lins

*Directora do Depto. de
Geografia do
Instituto de Pesquisas Sociais
da Fundação Joaquim Nabuco*

JN - 00010061 - 1

Nº "O TYPHIS PERNAMBUCANO", de 18 de março de 1824, escreveu Frei Caneca: "Antes de lermos a história desta província (. . .) nunca esperamos que o Cabo de Santo Agostinho se fizesse célebre nos seus negócios políticos. Pensávamos que ele correria parêlha com o Breton, na entrada do golfo de São Lourenço, e o da Flórida no golfo do México, na dificuldade de ser vencido o seu grande focinho pelos navegantes que o atravessam; porém depois que nos veio às mãos a história das nossas revoluções e sedições (. . .) mudamos de conceito; porque vimos que a mudança que fez este promontório do nome de Cabo da Consolação, que lhe impoz o seu descobridor Vicente Pinzon, tinha influído muito no caráter de seus habitantes, pois que dali saíram os Pais Barretos e outros", etc. Teria a mesma procedência o reparo do frade caso tivesse sido escrito, não no ano da Confederação do Equador, mas ainda depois da "guerra dos Cabanos", ou da rebelião Praieira, em 1848.

Expulsos os holandeses, a Capitania de Pernambuco foi anexada à Coroa e passou a ser governada, não mais pelos capitães-mores escolhidos pelos donatários, mas por governadores nomeados pelo rei. Na forma em que um desses governadores se queixaria mais tarde às Cortes de Lisboa, "os oficiais do senado da Câmara de Olinda primavam por não se darem conta dessa diferença nas suas relações com os prepostos de sua majestade e obstinavam-se em se comportarem como se estes lhes fossem subordinados, ou quando muito iguais em hierarquia". 1 p.29 Nos dez anos que se seguiram à Restauração o governo da Capitania fora confiado a militares que tinham participado da luta contra os invasores —

Francisco Barreto, André Vidal de Negreiros e Francisco de Brito Freire — mas para a sucessão deste último veio nomeado em 1664 Jerônimo de Mendonça Furtado, que não chegaria a concluir o mandato de três anos porquanto em 1666 era deposto, preso à ordem dos oficiais da Câmara e devolvido para Lisboa. Ao prendê-lo, André de Barros Rago, juiz ordinário da Câmara de Olinda, declarou que o fazia em nome da nobreza e do povo de Pernambuco.

O episódio é bastante conhecido e não precisa de ser relatado com minúcias. A fama que o Xumberga granjeara fora à de procedimento indigno e despótico. Das arbitrariedades que cometeu derivaram, inclusive, grossos prejuízos para a Companhia do Comércio tal como aconteceu com o pau-brasil por ele desencaminhado e apreendido logo que foi deposto: o pau-brasil era monopólio da Fazenda Real, sem a expressa autorização da qual não podia ser negociado. 28 v.2 p.242

Nos "Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro" publicou-se a apresentação que Mendonça Furtado submeteu a el-rei, narrando o que houvera segundo sua própria versão dos motivos que o tinham indisposto com a gente de prol de Pernambuco, e tanto desses motivos quanto dos serviços por ele alegados como prestados à Capitania poder-se-á talvez dizer, com Rodolfo Garcia, que "deviam ser verdadeiros, porque de outro modo não seriam apresentados ao rei em documento que, seguindo os trâmites legais, tinha de ser visto no Conselho Ultramarino, para consulta e parecer dos ministros, antes de subir ao despacho real". 13 p.115 Entre os que "maquinaram o motim" o governador deposto relacionou como principais João Fernandes Vieira, "governador que foi de Angola", D. João de Sousa, Estevão Pais Barreto e João Pais de Castro, além de muitos outros que não vem ao caso mencionar nominalmente. No que respeita a João Fernandes Vieira esclareceria seu biógrafo J. A. Gonsalves de Mello que Jerônimo o responsabilizava pelos trinta mil cruzados de fazendas que em Angola tomara a um seu irmão Luis de Mendonça Furtado. Mas quanto ao "poderoso e igualmente insolente D. João de Sousa" o descontentamento era causado por ter sido ele advertido pelo governador das "obrigações do seu posto, de que só usava para as suas conveniências particulares", e também porque "o havia obrigado ao pagamento de algumas dívidas" contraídas na Capitania.

Neto do velho João Pais — um dos senhores de engenho pioneiros na região do cabo de Santo Agostinho, oriundo da melhor nobreza de Viana e em cujo timbre figuravam juntas as armas das famílias Velho, Barreto, Pais e Homem⁶ — nascera D. João de Sousa do casamento em 1614 de uma filha do patriarca, D. Catarina, com o fidalgo D. Luis de Sousa Henriques, filho por sua vez do sétimo governador geral do Brasil, D. Francisco de Sousa ou "D. Francisco das Manhas". D. João lutara no Brasil contra os flamengos e no Portugal alente-

jano contra os espanhóis; recebera em paga, de D. João IV, além de várias comendas, o título de mestre-de-campo do terço comandado antes por André Vidal de Negreiros. Fora a esse arrogante fidalgo, senhor do engenho Juriçaca herdado de sua mãe, que o imprudente Mendonça Furtado se atrevera a compelir ao pagamento de umas dívidas. A ele, de resto, e a outros da sua mesma orgulhosa linhagem, seus primos Estevão Pais Barreto e João Pais de Castro, devedores igualmente de "várias pessoas da Praça". Pior ainda; intrometeu-se o Xumberga numa crespa e delicada questão de família, "não só para compor as diferenças, mas para evitar o escândalo que geralmente havia". 13 p. 131 As "diferenças" consistiam na recusa de João Pais de Castro e Estevão Pais Barreto em repartir com uma irmã os bens que aos três tinham tocado por herança, e o escândalo estava em que com a co-herdeira o primo João Pais Barreto "tinha amizade de muitos anos, e com muitos filhos", mas não a queria receber por esposa legítima enquanto lhe retivessem os bens herdados. Daí, de tudo isso, relatou Mendonça Furtado a sua majestade, resultara a desafeição daqueles poderosos, que "foram chamando à sua parcialidade muitos parentes e amigos, alguns dos quais eram os oficiais da Câmara da Vila de Olinda naquele ano, a saber: André de Barros Rego, João Ribeiro, Lourenço Cavalcanti e Domingos Dias Sueiro".

Nos termos, portanto da versão do governador deposto de 1666 uma das causas principais do motim que o derrubou foram suas desavenças com a nobreza rural de Santo Antônio do Cabo, ou fosse com a descendência de João Pais. E segundo parece a J. A. Gonsalves de Mello, "é a partir do triênio do governo do Xumberga, que se devem buscar algumas das causas da chamada 'Guerra dos Mascates'" . 28 v. 2 p. 239

Não nos vamos deter no exame das origens nem do desenvolvimento que teve em Pernambuco essa explosão, em 1710, dos já velhos rancores entre Olinda e o Recife, matéria exaustivamente estudada já entre nós e da qual alguns dos principais aspectos foram mencionados em livro publicado em 1969, sobre o governo no Marquês de Montebelo (1690-1693).¹ Formando entre os que atribuem à Guerra dos Mascates conteúdo e processo de uma luta de classes, definiram naquela oportunidade como confronto entre uma revolução burguesa mercantil e uma reação rural conservadora. "Conflito dialético de prenúncios de organização social afinal repontando na velha tábua rasa do patriarcalismo escravocrata" e que, culminando por fim como guerra civil, "começaria pela reação violenta da classe social tradicionalmente singular — a aristocrático-feudal — contra toda uma restante estrutura cumulativa dentro da qual, por sua vez — se nos valem das etapas do materialismo histórico de Marx —, só muito mais tarde um proletariado entraria a se conscientizar em face do capitalismo burguês". 1 p.105-6

Ao sul do cabo de Santo Agostinho havia no Rio Formoso um poderoso centro de resistência dos mascates e dois batalhões de partidários do governador Sebastião de Castro Caldas que ali se acantonavam. Um deles era comandado por Cristóvão Pais Barreto, o 5o. de nome e capitão-mor do Cabo, ao lado de quem estava seu primo João Pais Barreto, também 5o. de nome e Morgado do Cabo. Quem apurou isso foi um Pais Barreto moderno, 5, 6 identificou ainda entre esses mascates um Filipe Pais Barreto (3o. de nome) que do seu engenho Garapu levava gente para engrossar as forças de Cristóvão. Em compensação contava-se entre os parciais dos "pés rapados" — parciais da nobreza — um capitão das ordenanças da freguesia do Cabo de Santo Agostinho, recentemente desmembrada de Olinda, e que era aquele mesmo Antonio Bezerra Cavalcanti que secundara com seu voto a proposição de Bernardo Vieira de Melo de que os oficiais da Câmara se declarassem em república *ad instar* dos venezianos. Aberta mais tarde a devassa, foi Antonio Bezerra Cavalcanti preso no Cabo e incluído entre os 55 condenados aos cárceres de Lisboa, mas o perdão del rei chegou a tempo de arrancá-los todos dos porões da frota. 26 p. 132-3

Apesar de ter tomado o partido dos mascates, Felipe Pais Barreto veio a ser arrolado pelo padre Joaquim Dias Martins entre os "Os Mártires Pernambucanos". "Jano de duas faces", teve um procedimento "incompreensível", mas afinal de contas "seus desvarios foram mais filhos da fraqueza, que da malícia, por ser irmão do façanhoso Cristóvão Pais". E, além disso, acabou batendo-se pelos nobres na batalha de Ipojuca, de sorte que "a glória de Ipojuca deve apagar quaisquer sombras no painel do ilustríssimo Filipe Bais Barreto. op. cit. p. 79-80 Ao traidor Cristóvão Pais Barreto", porém, não dá quartel o Padre Dias Martins, que o relaciona entre os que se deixaram peitar pelos mascates. Melhor pago, aliás, do que Sebastião Pinheiro Camarão (que recebeu um conto e duzentos mil réis de soldada) teve Cristóvão remissa uma dívida, por certo com os comerciantes do Recife, de nada menos de seis contos de réis) *idem* p. 367

Durante algum tempo, aliás, o engenho Velho, sede do morgadio de que era titular o 5o. João Pais Barreto, aliado do primo Cristóvão e parcial dos mascates, serviu de quartel-general das forças leais ao governador Castro Caldas, que ali estavam acampadas quando, em 1711, veio contra elas o coronel dos índios Sebastião Pinheiro Camarão, que foi batido nas vizinhanças do engenho Garapu. 80 t. 4 p. 141 Exemplo de um cabense que teria tomado partido contra os mascates seria Frei Dr. Nicolau de Jesus Maria, 14 p. 201 que todavia não aparece arrolado entre os mártires pelo Padre Dias Martins.

O que faltou ao movimento de 1710 para caracterizá-lo indiscutivelmente como nativista, ou independentista — carência a cuja conta podem ser levados, talvez, em grande parte, procedimentos desconexos ou incoerentes como aqueles

segundo os quais pernambucanos nobres tomaram o partido dos reinóis — sobrou em 1817 na que foi, no dizer de Oliveira Lima, “a única revolução brasileira digna deste nome”. Nos termos do reparo feito por um dos seus historiadores, essa revolução irrompeu “justamente naquele ponto do país onde mais se haviam acentuado os antecedentes coloniais de dissídio” entre o Brasil e Portugal, ³p. 16 ou mais precisamente entre os nascidos em Portugal e os nascidos no Brasil, pois os primeiros monopolizavam os melhores empregos civis e militares, arrecadavam os melhores proventos e açambarcavam “quanto havia de bom e rendoso na terra”. 19 p. 57 Quando da repressão movida contra os revolucionários de 1817 calculou Tollenare, testemunha dos acontecimentos, que teriam de ser confiscados até quarenta e quatro engenhos. ³⁷p. 181 Numerosos, portanto, seriam os senhores de engenho — a aristocracia patriarcal e escravocrata — envolvidos no levante que, portanto, não foi apenas “uma revolução de padres e de oficiais seduzidos por uma miragem” 20 p.52 — e isso explica por que, veiculada a suspeita de que a revolução liberal emanciparia os escravos, correu o Governo Provisório a apregoar, sem desmentir, porém, formalmente o boato, que “a base de toda a sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade” 36 p.CCV

A emancipação dos Estados Unidos da América do Norte e a Revolução Francesa de 1793 despertaram bem cedo nas colônias da América do Sul anseios de libertação e de república. Em Pernambuco, os passos nesse sentido vinham sendo ensaiados desde os começos do século XIX em vilas como Itambé, Cabo e Igarauçu e nessa propaganda desempenhou um papel dominante o Areópago de Itambé, fundado pelo dr. Manoel de Arruda Câmara. O primeiro templo maçônico instituído no Brasil, segundo Maximiano Lopes Machado, que lhe definiu os fins como sendo apressar a ruína do regime absolutista sob o impacto de idéias democráticas e incutir entusiasmo pela república como a forma de governo em harmonia com a natureza e a dignidade do homem. 24 p.XXIV Em suma, “a revolução doutrinada”.

O Areópago, aliás, não se limitou à pregação. Em certo momento foi dele uma tentativa de fazer Pernambuco independente sob a proteção do imperador Napoleão I e mais tarde, quando o corso se achava prisioneiro em Santa Helena, emissários do governo de 1817 tentaram pactuar com emigrados franceses nos Estados Unidos a fuga de Bonaparte e seu homfzio no arquipélago de Fernando de Noronha. Participavam nessa oportunidade do Areópago os irmãos Francisco de Paula, Luis Francisco de Paula e José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, todos três acusados daquela iniciativa que ficou nos registros históricos como a “conspiração dos Suassunas”. O primeiro deles, que seria chamado a importante papel quando da Revolução, era senhor do engenho Suassuna, situado

na bacia do rio Jaboatão mas em terras pertencentes à freguesia de Santo Antônio do Cabo.

Em apoio de sua tese de que a idéia de governo republicano no Brasil teve sempre inspiração maçônica, o historiador Mário Melo não vacilou em pontificar que "a revolução de 6 de março de 1817 foi influenciada e inspirada pela maçonaria". 29 p. 26 As duas Academias, do Cabo e do Paraíso, que sucederam ao Areópago dissolvido em 1801 "para iniciar os prosélitos nos segredos da liberdade" e "nos grandes e delicados mistérios da democracia", 7 p.69 eram ambas de caráter revolucionário, englobando lojas maçônicas importadas do estrangeiro. 19 p. 70 A Academia do Cabo era também chamada Academia Suassuna, porque se reunia no engenho desse nome, e a ela se filiara Francisco Pais Barreto, o Morgado do Cabo, que seria mais tarde Marquês do Recife. Foi esse Francisco Pais Barreto quem fundou a Academia do Paraíso no Hospital de São João de Deus, que fora instituído há mais de um século no antigo largo do Paraíso, no Recife, por um dos seus antepassados, D. João de Sousa, senhor do engenho Juricaca, da freguesia de Santo Antônio do Cabo. A Revolução de 1817 veio encontrar a Academia do Paraíso sob a direção do Padre João Ribeiro, um dos seus corifeus. E havia, ainda, semeadas aqui e ali pela Província, outras entidades do mesmo gênero, embora de mais modesta atuação. Uma delas era a "oficina" de Igarapu, a que se filiava, aliás, o paulista Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, irmão daquele José Bonifácio alcunhado anos depois de "o patriarca da Independência" do Brasil. 29 p.18

De ambas as Academias era um dos "principais" Domingos Teotônio Jorge, também cabeça da Revolução, que na do Paraíso iniciou "nos santos mistérios da doutrina democrática" o coronel de ordenanças paraibano Amaro Gomes da Silva. 26 p. 158 Iniciado nas duas era igualmente o Deão da Sé Bernardo Luiz Ferreira Portugal, recifense, o mesmo que no dia 2 de abril procederia no Campo da Honra à bênção das bandeiras da Revolução e da República. O Padre Dias Martins nomeia-o como sendo "principal ornamento das duas Academias" e de outras sociedades patrióticas. *op. cit.* p. 327 Provavelmente filiava-se do mesmo modo a uma e outra Domingos José Martins, o líder por excelência do movimento de 1817, de quem se sabe "vinha das confrarias maçônicas de Londres", 3 p. 30 como também aquele desconcertante mineiro José Carlos Mairink da Silva Ferrão, que dos dezesseis anos de secretário do general Caetano Pinto de Miranda Montenegro foi confirmado nas mesmas funções no Governo Provisório — quando já era coronel miliciano da cavalaria do Cabo — e ainda foi protegido do general Luis do Rego, que o pôs a salvo dos esbirros da Alçada quando esta o pronunciou como réu de lesa-majestade, de sorte que o "conspícuo" Ferrão — assim o designou o autor de "Os Mártires pernambucanos" — acabou sendo declarado inocente, 26 p. 175 ao passo que o vigário de Itamaracá,

Pedro de Sousa Tenório, que servira apenas como vice-secretário, ou secretário ajudante, foi mandado enforcar; registrou Muniz Tavares, por sinal, que "o secretário José Carlos Mairink por falta de saúde não trabalhava". 36 p. CXXXIII Mas não se consuma aí a curiosa história do "conspícuo" Mairink. Registra Pereira da Costa que ele "foi o primeiro presidente da província, e pela mesma, senador do império". 10 v. 2 p. 466 Nos dias da Confederação do Equador, com efeito, D. Pedro I nomeou-o presidente, experimentando com ele a proposição de um *tertius* entre Manuel de Carvalho Pais de Andrade e o Morgado do Cabo. Muito embora tendo feito parte da junta de governo provisório instalado por Francisco Pais Barreto no dia 22 de março no seu engenho Velho, apenas um mês depois era escolhido pelo Imperador por não pertencer a nenhum dos dois partidos, nem ao dos "carvalhistas" nem ao dos "morgadistas", e por ser "residente, e casado, e ricamente estabelecido no país", conforme consta do decreto imperial, o coronel José Carlos Mairink da Silva Ferrão. 10 v. 9 p. 44

Manoel José Martins e Manoel de Azevedo Nascimento, ambos capitães do regimento de infantaria da guarnição do Recife quando irrompeu a Revolução de 1817, estavam entre os que se tinham preparado para esta há longo tempo, pois eram sócios das Academias do Cabo e do Paraíso. 26 pp. 268 e 298

Ainda segundo o autor de "Os mártires pernambucanos", o Padre Luiz José de Albuquerque Cavalcanti, vigário do SS. Sacramento no bairro de Santo Antônio do Recife, era "antigo e veterano na Academia do Cabo", op. cit. p. 237 e o depois Monsenhor Francisco Muniz Tavares, autor da "História da Revolução de Pernambuco de 1817", foi secretário da Academia do Paraíso. 29 p. 21 É dele, aliás, a revelação de que em 1816 já existia em Pernambuco uma grande loja provincial. Malograda a Revolução, foi Muniz Tavares preso e despachado para a Bahia, onde passou quatro anos nas enxovias da Relação; liberto em 1821, de volta a Pernambuco veio a ser "indenizado ou consolado — hesita em dizê-lo o Padre Martins — das suas perdas com a cadeira de gramática latina da vila do Cabo". 26 p. 378 mas preferiu seguir para Paris, informa Oliveira Lima, onde se doutorou em Teologia. A esses próceres de 1817 que eram filiados às Academias podem-se ainda acrescentar, segundo Mário Melo, Antônio da Cruz Cabugá, José Mariano de Albuquerque e seu sogro, o capitão de artilharia José de Barros Lima, o "Leão Coroado", cuja estocada no brigadeiro Barbosa de Castro faria explodir a insurreição militar de 6 de março.

A propaganda revolucionária medrou principalmente no Cabo, além de Olinda e Igarau. O vigário colado da freguesia de Santo Antônio do Cabo de Santo Agostinho, o Padre João Cavalcanti de Albuquerque, "profundo adepto dos mistérios democráticos" e membro das duas Academias, entusiasmou-se tanto que já três dias depois do 6 de março, oferecia ao Governo Provisório, co-

mo ajuda para a Revolução, seus trastes pessoais e a baixela que tinha, tudo de prata, esclarecendo que todos já se achavam substituídos "por outros de ferro e de pau". Na mesma data fez doação também das alfaias de prata existentes na igreja paroquial de Santo Antônio do Cabo, inclusive a lâmpada do Santíssimo. De sorte que quando voltou em 1821 dos cárceres baianos, reassumiu a paróquia "não sem grande repugnância de algumas ovelhas frenéticas, que não queriam perdoar-lhe o ter deixado às escuras o SS. Sacramento".^{26 p.16-7} Outro que da mesma freguesia saiu preso para a Bahia, foi Manuel Luiz de Albuquerque Maranhão, natural e morador da vila do Cabo, acusado de "secretas inteligências" com Domingos Jorge Martins. *op. cit.* p. 256 O piloto Antônio do Monte e Oliveira, que figura na relação dos implicados presos, é identificado pelo autor da "História do Cabo" também como cabense. 14 p. 220 Quando o movimento, afinal, ia em franca derrocada, a vila de Santo Antônio do Cabo era em dado momento uma das poucas que ainda não tinham renegado os patriotas e abraçado a causa realista; as outras foram Igarapé, Itamaracá e Goiana. 36 p. ccxxiii

Nos papéis oficiais revolucionários o senhor do engenho Suassuna, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque — "o ilustríssimo Suassuna" do Padre Dias Martins — é sempre mencionado como general. Foi atribuída, com efeito, essa patente pelo Governo Provisório a quem era antes capitão-mor comandante do Distrito do Cabo, onde se fizera temido pela severidade. Quando o exército realista invasor, vindo da Bahia com o marechal Joaquim de Melo Leite Cogominho de Lacerda, aceitou apoiar a contra-revolução que começara na comarca das Alagoas, o popularmente chamado "coronel Suassuna" foi nomeado general-de-divisão. As tropas que do Recife foram enviadas para seu comando reuniram-se no engenho Velho e nesse contingente se alistou, por sinal, o carmelita calçado Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, *op. cit.* p. ccxii o mesmo que se tornaria o mártir principal da Confederação do Equador. Suassuna já se antecipara, de resto, no próprio 6 de março, quando reuniu no Cabo as ordenanças e a milícia locais num batalhão auxiliar e amanheceu no Recife no dia imediato. A essas forças arrebanhadas pelo Suassuna incorporou-se no primeiro instante o Morgado do Cabo, Francisco Pais Barreto, capitão-mor da vila de Santo Antônio do Cabo. 26 p. 80-3 Preso mais tarde e recolhido a bordo do brigue "Carrasco", Suassuna seria levado para a Bahia em cujos calabouços ficou até 1821. 11 p. 364-9

"Homem que possuía riquezas, mas sem ostentar o fasto", "titular sem orgulho" e mais tarde, como Marquês, "Grande Império sem encarecer a grandeza" — apostrofou-o desse modo seu biógrafo, o Padre-mestre Lino do Monte Carmelo Luna 23 p. 236 — foi o último Morgado do Cabo desde cedo apontado como um dos responsáveis pela Revolução. Maximiano Lopes Machado divulgou um ofício dirigido em 9 de abril ao Conde da Barca pelo governador deposto Caetano Pinto de Miranda Montenegro em que este conta como no dia 8 de mar-

ço "muita gente a pé e de cavalo da Vila do Cabo (. . .) enchia toda a rua desde o convento de São Francisco até o colégio e residência do governo" e mais que o "capitão-mor da referida vila do Cabo, Francisco Pais Barreto — mais conhecido como Morgado do Cabo — era um dos indiciados pelas suas íntimas relações com o Padre João Ribeiro e Domingos José Martins". 36 p. LX-LXX Quando o Erário caiu em poder dos revolucionários e foi posto cerco à fortaleza do Brum, Martins destacou imediatamente estafetas para o Cabo e para Igaracu; do Cabo lhe acudiu aquela tropa, como já vimos, imediatamente reunida pelo Suasuna. Eram "seiscentos escravos", segundo o Padre Dias Martins. 26 p. 261

Quando o chefe de divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, comandante do bloqueio naval do porto do Recife, desembarcou no dia 20 de maio — já então a fuga dos revolucionários generalizava-se, depois do suicídio do Padre João Ribeiro — um dos primeiros aprisionados foi Francisco Pais Barreto, que recolhido aos porões do "Carrasco" seguiu para a Bahia consignado ao vice-rei do Brasil, Conde dos Arcos.

Com o Morgado do Cabo deixaram-se prender, embora pudessem ter facilmente fugido, Damião Alves e Bento de Lemos. O primeiro era soldado das ordenanças, natural e morador da vila do Cabo, e por ser corajoso fora escolhido por Francisco Pais Barreto como seu guarda pessoal. Quanto a Bento de Lemos, escravo, era "amigo, sócio, guarda e ordenança" do Morgado, com quem foi metido "na honrosa lista dos 71 do 'Carrasco' ". *op. cit.* p. 29 e 229 Consumada a revolução constitucionalista portuguesa de 24 de agosto de 1820, voltou Francisco Pais Barreto no ano seguinte para o Recife, mas nesse mesmo ano foi preso e mandado para Lisboa, dessa vez por ter sabido o general Luiz do Rego que fora ele escolhido como chefe de uma conspiração para lançar fora da Província o mesmo general e as tropas portuguesas a serviço do seu governo. 16 p. 7 Embarcou o Morgado no brigue "Intriga" e com mais quarenta e um suspeitos de cumplicidade no atentado de que fora vítima pouco tempo antes, o capitão-governador, quase todos implicados, como ele, na Revolução de 1817 e entre os quais estava o alferes Francisco do Rego Barros do engenho Trapiche do Cabo, depois Conde da Boa Vista e Governador de Pernambuco. 19 p. 301 Uma vez em Lisboa, porém, foram todos postos em liberdade, por um acórdão da Casa da Suplicação, de 27 de outubro de 1821.

Em abril de 1817 crescia a contra-revolução nas Alagoas e uma tropa foi enviada do Recife para reprimi-la. "Um só ilustre varão da Vila do Cabo, o Capitão Luiz José Lins Caldas, com dois dos seus filhos, Tomás Lins Caldas e Francisco da Rocha Pais Barreto (. . .) ofereceu-se para seguir". 36 p. CLXXVII Luis José era casado com D. Joaquina Antônia Barreto Lins, irmã de Francisco Pais Barreto. Sua filha D. Tereza de Caldas Lins Barreto era, portanto, sobrinha

de Francisco 23 p. 243 como sobrinhos eram aqueles dois que seguiram com o pai para atalhar os reacionários de Alagoas. O Morgado do Cabo casou-se com a sobrinha D. Tereza e os dois irmãos desta, também sobrinhos dele, são sempre mencionados como seus cunhados.

Anexo à obra de Muniz Tavares foi publicado "Um episódio da história da Revolução de 1817, na Província de Pernambuco, passado entre os presos d'Estado na cadeia da Bahia", 35 p. 315-29 aliás escrito por um dos presos, que não se identificou. Do numeroso grupo de detentos faziam parte os irmãos Tomás Lins Caldas e Francisco da Rocha Pais Barreto, "moços assás estimáveis", que tinham sido feitos prisioneiros juntamente com Domingos José Martins no desfecho da batalha do Ipojuca, ou de Pindoba (15 de maio). Quando o chefe dos carcereiros da Bahia recebeu instruções para superintender a distribuição do rancho entre os encarcerados solicitou-lhes que se dividissem "em classes" e lhe submetessem às respectivas listas. Os presos, todos implicados no movimento de 6 de março, convocaram em conselho o Morgado do Cabo e outros para decidirem como fazer, e convieram afinal em se disporem segundo três "jerarquias": na primeira, estariam os com patentes de major para cima, desembargadores, vigários colados e outros principais; na segunda, desde cadetes até capitães, clérigos e magistrados "não letrados"; na última, "todo o bixo careta que não cabia nas primeiras" (textualmente assim na narrativa). Repontou então o problema: o que fazer com Tomás e Francisco, que não tinham carreira militar nem se enquadravam senão na categoria de "bixo careta"? O conselho resolveu a questão promovendo ali mesmo os dois cunhados do morgado ao posto de maiores, "sem designação de corpo, arma ou linha".

Sabe-se que Tomás e Francisco foram dois dos primeiros presos despachados para a Bahia a bordo do "Carrasco"; eram ambos naturais do Cabo e voluntários, ambos, da guerrilha do Padre Antônio Souto Maior, o "batalhão sagrado", 26 p. 83 e 110. Do seu assentamento de prisão na cadeia da Bahia vê-se que Tomás era "acusado de ir aos clubes, de andar com uma lista a granjear rebeldes, de dizer que já andava prevenido com gente para a revolução (. . .), de ir a todas as batalhas do sul, de ser muito influído no serviço e (no) partido rebelde e ser declamador". 10 v. 10 p. 414

Luis José Lins Caldas, o capitão casado com a irmã do Morgado, é o primeiro personagem que nos documentos históricos encontramos mencionado como da linhagem Lins Caldas, ou Caldas Lins; de sua filha Tereza, sobrinha e esposa do Morgado do Cabo, sabe-se que morreu em 1871. Consta da "Nobiliarquia" um Sargento-mor Manoel Chaves Caldas (o primeiro Caldas arrolado por Borges

da Fonseca) cuja filha Antônia de Moura (Antonia Caldas?), casou com Francisco de Barros Pimental e dele teve nove filhos, que são listados por Borges da Fonseca ora com os sobrenomes de Acioly, Barros Pimental, ou Chaves Caldas, ora com os de Caldas, Barros, Moura, Vasconcelos. Um deles, Manoel Chaves Caldas — neto homônimo do Sargento-mor — esposou uma filha do capitão João Lins de Vasconcelos.^{15 v.1p. 104} É possível que comece então — tudo se passa na segunda metade do século XVIII — a estirpe Caldas Lins, ou Lins Caldas, porque antes não há registros desse apelido. A origem dos Lins, como se sabe, essa remonta aos primeiros anos da colonização com Cristóvão Lins e D. Adriana de Holanda.

A respeito de 1817 caberiam ainda duas referências breves: uma ao assalto comandado pelo general Suassuna contra o engenho Utinga e outra à batalha de Pindoba, de que participaram os dois cunhados do Morgado do Cabo.

O engenho Utinga — as margens do rio do mesmo nome, afluente do Pirapama — pertencia a um José Alves de Castro e era conhecido foco de realistas. De Candeias, ao norte da barra de Jangadas, marchou o general Suassuna com o exército que tinha ali acantonado e ao qual se incorporara a guerrilha do Padre Antônio, “guerrilha composta de boa gente, mas pouca”, conforme a assinalou Muniz Tavares, que descreve curiosos pormenores do assalto. Os defensores do engenho portaram-se como fanáticos. Não desfaldavam o estandarte real português, mas a bandeira do Rosário. “Precedia a multidão um bobo devoto”, com um grande cesto de palha no pescoço, “um grosso patiguá”. “Na mão esquerda empunhava a imagem de um Santo, na direita uma dessas armas, a que dão o nome de faca de arrasto: saltava como um energúmeno, gritava desesperado, vomitando imprecações e blasfêmias contra os patriotas. Imaginava o pobre louco que o seu ridículo talismã o preservaria da morte; o desengano não foi tardio: um soldado ajustou tão exatamente o seu tiro que o reduziu imóvel sobre o terreno”.^{35 p. CCXVI} Depois de cinco horas de peleja os defensores do engenho afrouxaram. Suassuna mandou incendiar o Utinga e bateu em retirada para o Cabo e Candeias, “perdidas quatro peças no campo de batalha e as vidas de muitos bravos, não sem dano severo ao inimigo”.^{10 v. VII p. 451}

A batalha de Pindoba — ou batalha de Ipojuca — não parece ter sido rigorosamente uma batalha, a despeito dos enfáticos adjetivos do Padre Dias Martins. Foi um rápido e desastroso reencontro travado em terras do engenho Pindoba — que pertencera a Bernardo Vieira de Melo — cinco quilômetros ao sul de Ipojuca e a oeste dos manguezais que cercam Nossa Senhora do Ó. Até ali vinham avançando as forças do general Suassuna, sabedor de que o exército invasor tratava de progredir para o norte desde Tamandaré. Suassuna e Do-

mingos José Martins tinham se reunido no Cabo e depois de tentativas frustradas de negociação com o marechal Cogominho, conflitos de jurisdição manifestaram-se entre os dois chefes revolucionários: Martins insistia pelo avanço imediato no rumo de Tamandaré e Suassuna optava por se fortificar no engenho Garapu (Cabo), ou no Trapiche (Ipojuca). Como não se entenderam, separou-se Martins com sua gente e tomou a estrada do litoral para o sul, a pretexto de que ia "tirar a planta do Porto das Galinhas antes de voltar para o Recife". 3 p. 205

Quase ao mesmo tempo as forças de Martins e as de Suassuna, assim separadas, defrontaram-se com aguerridas vanguardas do marechal Cogominho. Martins e seus seguidores quando transpunham o Merepe foram assaltados pelos realistas e logo desbaratados nas duas margens do rio. As forças de Suassuna deixaram-se surpreender em terras do engenho Pindoba e verificada a grande desproporção entre elas e as do marechal ordenou-se a retirada. Não era somente a desproporção numérica, aliás. As tropas baianas, compostas por oitocentos homens de todas as armas, 10 v. 7 p. 400 eram tropas regulares, engrossadas, de resto, por cavalaria de Sergipe e numerosas milícias de Alagoas. Enquanto isso, dos contingentes mobilizados no Recife pela Revolução escreveu Tollenare que "os franceses sorriem vendo tais tropas. A maior parte consiste em lavradores e moradores apanhados à força no caminho de Alagoas até aqui". 37 p. 177 O certo é que os homens de Domingos José Martins foram furiosamente caçados nos manguezais de Porto de Galinhas. Martins, ele mesmo, tendo se refugiado num casebre juntamente com o padre guerrilheiro e os dois cunhados do Morgado, foram descobertos, aprisionados e mandados para Rodrigo Lobo. 36 p. CCXXIX

Em 1824 as idéias de 1817 repontam novamente e a tal ponto se assemelham as motivações e os procedimentos das duas revoluções que não faltou um membro do Instituto Arqueológico, o prof. Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, que em artigo publicado por ocasião do centenário da Confederação do Equador escreveu que "parece ser uma o ricochete da outra, ou bem sua irmã gêmea". 9 p. 375

Nenhuma das duas visava propriamente apenas uma mudança de forma de governo, mas a aquisição de uma nacionalidade a salvo de tutela estrangeira. Prevaleceu em ambas o propósito de institucionalizar um regime em garantia dos direitos do cidadão. Regime além de constitucional, republicano, porquanto era do absolutismo monárquico português o jugo que se queria sacudir, e a "república, numa e noutra revolução era o caminho mais curto para a autonomia, para a independência". *op. cit.* Mesmo no malogro de ambos os movimentos identificou Pedro Celso uma razão de ser igual e comum: a de que a inspiração republicana dos líderes, quer de 1817, quer de 1824, não se definia no ânimo de todos

quantos os apoiavam, de sorte que um ideal de república não contava com uma conscientização bastante geral para triunfar.

Outro rasgo de identidade era aquele de terem participado de ambas vários personagens comuns a uma e outra, personalizando por assim dizer uma identidade de propósitos. Uma diferença existente entre as duas constitui, na verdade, um elemento de continuidade. Como salientou Oliveira Lima, o Padre João Ribeiro percebera, à vista das adesões provinciais ao movimento de 1817, que uma organização autônoma de outras tantas pequenas repúblicas não seria viável. "Elas deviam formar constelação, ligar-se por laços políticos indissolúveis e consagrar essa união erigindo uma capital geograficamente central".^{20 p.43} Assim se experimentou fazer em 1824: "a segunda corrigiu a forma institucional da primeira, consagrando o princípio federativo como base do sistema".^{9 p.378} E como elo entre as duas, em 1821, a Convenção de Beberibe.

Essa convenção foi o ajuste celebrado quando de uma reunião realizada em 5 de outubro de 1821 no povoado de Beberibe, quartel-general do cerco posto a Olinda e Recife pelas forças da Junta Governativa de Goiana. Reunião convocada "para o fim de tratar dos meios mais adequados de conciliar a vontade dos Povos das vilas de Goiana, Paudalho, Limoeiro, Igarçu, Cabo, Sirinhaém e Santo Antônio, com os da vila de Santo Antônio do Recife". Três dos signatários são representantes da Câmara do Cabo: além do padre Laurentino Antônio Moreira de Carvalho, secretário dos trabalhos da reunião,^{11 p. 605} Luiz José Lins Caldas, cunhado e sogro do Morgado do Cabo, que em 1817 fora um dos primeiros a se alistar no combate à contra-revolução das Alagoas, e mais Afonso de Albuquerque Maranhão. O episódio que veio a culminar com a Convenção de Beberibe tivera começo com a criação, em Goiana, da Junta Governativa eleita em agosto de 1821 — pouco mais de um mês depois do atentado de que fora alvo, no Recife, o capitão-governador Luiz do Rego — por oposição à junta nomeada por este em consonância com as recomendações das Cortes Constitucionais de Portugal, que preconizavam deviam as Províncias ultramarinas organizar suas próprias juntas governativas. Junta, aliás, essa do general Luís do Rêgo, de que participava o nosso onipresente José Carlos Mairink da Silva Ferrão.

Conspiradores, porém, egressos dos contingentes de participantes da Revolução de 1817, conjuraram-se em Goiana dispostos a conseguir que as tropas portuguesas existentes em Pernambuco fossem embora e que os da terra passassem a decidir acerca dos seus próprios destinos. "Um episódio — definiu-o Luiz Delgado — da Independência brasileira propriamente dita, o seu primeiro episódio indiscutível e concreto",^{12 p. 10} de sorte que Pernambuco começou a governar-se por si mesmo onze meses antes do grito do Ipiranga. De que as aspirações não eram menos do que as de emancipação política não pode haver dúvida.

"A Junta mostrava-se extremamente ansiosa por saber se havia probabilidade da Inglaterra reconhecer a independência do Brasil", registou a viajante inglesa Mary Graham ao visitar o quartel-general de Beberibe. 18 p. 597

Das forças que puseram cerco a Olinda e Recife participava um contingente oriundo do Cabo, além de outros de Una e de Sirinhaém. No dia 4 de outubro procurou Luiz do Rego parlamentar com os rebeldes e fez seguir para Beberibe três emissários seus, que eram o negociante Gervásio Pires Ferreira, um representante da Paraíba e o tenente-coronel Luis Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, comandante das milícias a cavalo do Cabo 26 p. 18 e irmão do senhor do engenho Suassuna, aquele mesmo general Suassuna que ao sul do Recife comandara as forças leais ao Governo Provisório de 1817. Mas a 26 do mesmo mês culminava tudo com o embarque de Luiz do Rego para Lisboa e com a eleição, na Sé Olinda, da Junta presidida por Gervásio Pires Ferreira, a Junta Provisória também chamada de Junta Democrática e Independente. Do caráter intrínseco desse movimento faz Luiz Delgado uma explicação sumária. "Pegando em armas, a revolução de 1821 queria antes de mais nada, curiosamente, argumentar e persuadir. (...) Os remanescentes de 1817 e os patriotas que se puseram a segui-los quatro anos depois, empenham-se em uma diplomacia de convencionamento e por isso o movimento de Goiana encerra-se não só com uma vitória militar mas com uma ata de decisões combinadas". 12 p. 15 Depois disso foram o "fico" de 9 de janeiro de 1822 e o Sete de Setembro do grito do Ipiranga.

A Junta Democrática e Independente foi deposta em 17 de setembro de 1822 quando de uma sedição militar promovida pelo coronel Pedro da Silva Pedroso. Nessa oportunidade Francisco Pais Barreto, que fazia parte da junta, prestou valiosos serviços à causa da ordem e da tranquilidade públicas — registou Pereira da Costa — "animando os esmorecidos colegas da junta, e com eles retirando-se para o Cabo organizou um pequeno exército, voltou ao Recife, suplantando o motim, restabeleceu a ordem, e mereceu os maiores louvores, não só dos nacionais, como dos estrangeiros, cujas vidas achavam-se ameaçadas pelos facciosos". 11 p. 356 Da nova junta então constituída — a do chamado "governo dos matutos" — e presidida a princípio pelo antigo presidente da Junta de Goiana, Francisco de Paula Gomes dos Santos, também participava Francisco Pais Barreto. Em novembro do mesmo ano o Imperador decretava a dissolução da Assembléia Constituinte que se reunira no Rio de Janeiro para elaborar a primeira carta magna do Brasil independente; a partir daí sucedem-se os acontecimentos que afinal culminaram com a proclamação da Confederação do Equador em 2 de julho de 1824.

Os meses decorridos entre a dissolução da Constituinte e a Confederação, resume Oliveira Lima, "são preenchidos pela recusa pernambucana de aceitar o

presidente imposto pelo poder central". 21 p. 38 . E Ulisses Brandão, o historiador oficial da revolução de 1824, sublinhando que a Confederação foi proclamada por obstinar-se a província em manter o regime democrático implantado pela revolução de Goiana, escreveu que "uma é a seqüência da outra; as duas se completam". 19 p. 98 Quando nada, "tivera-se antes como certo, desde que se instalara a junta eleita de Pernambuco, que ela não acompanharia as Cortes. Era demasiado fresca e demasiado viva a recordação de 1817 para qualquer aproximação íntima de Portugal, mesmo no terreno constitucional, e o que maior temor inspirava era seu possível republicanismo, com a sugestão da confederação esboçada pelos precursores e que não tardaria a ser a do Equador". 22 p. 199

Na junta do "governo dos matutos" desde cedo definiram-se duas correntes: a dos que se inclinavam pelo separatismo republicano, com Francisco de Paula Gomes dos Santos, e a dos que, em vez disso, optavam pela fidelidade à monarquia, a despeito mesmo de seus pendores absolutistas. Francisco Pais Barreto chegou a suceder a Gomes dos Santos na presidência da junta governamental, mas a 13 de dezembro elegia esta a Manuel de Carvalho Pais de Andrade, intendente interino do Arsenal de Marinha no Recife, para a presidência da província. Tal escolha não foi aprovada pelo governo imperial e os boatos que desde logo começaram a circular foram o de que o imperador já nomeara ou iria nomear o Morgado do Cabo como presidente.

A pretexto de eleger, por solicitação das Cortes, novos deputados em substituição aos que tinham volvido a Pernambuco depois de dissolvida a Constituinte, um Grande Conselho Governamental reuniu-se em 23 de dezembro sob a presidência de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque — filho do general Suassuna da Revolução de 1817 — e declarou demitida a junta já então presidida por Francisco Pais Barreto passando-se imediatamente à eleição de uma outra sob a presidência de Manuel de Carvalho Pais de Andrade. O ato, porém, de rebeldia que nessa oportunidade seria verdadeiramente praticado como primeiro passo efetivo para a Revolução de 1824 foi a recusa em eleger novos deputados, mantido o mandato dos primitivos. "O fato da dissolução do congresso — declarou o Grande Conselho — não era dissolutivo dos direitos dos povos de conservarem os mesmos representantes, que tinham em confirmação de sua dignidade o decreto de 12 de novembro do ano passado", etc. 17 p.124 n.4 Ou ainda porque, nos termos da ata da reunião, "tendo esta província já eleito os que deviam fazer e firmar o pacto social e a legislatura nacional, e não tendo ainda concluído esta soberana comissão, nem prostituído o seu caráter, era contrário à dignidade e decoro da província nomear novos deputados". 38 p. 303

A propósito de estar o filho de Suassuna entre os "carvalhistas", faça-se a ressalva, em contrapartida, de que nem todos os revolucionários de 1817 parti-

cuparam do movimento de 1824. Segundo Luna Freire, "a muitos parecia, sem dúvida, tratar-se de um capricho entre o Morgado e Manuel de Carvalho Pais de Andrade". 17 p.246 n. 18 Como exemplos de "patriotas" de 1817 que tomaram partido contra os "carvalhistas" podem ser citados Filipe Nery Ferreira, Muniz Tavares, Manuel Caetano de Almeida, Vilela Tavares e o coronel Pedro José da Silva Pedroso. Quanto a Francisco Pais Barreto é Pereira da Costa quem o justifica. Se ele abdicou de suas crenças republicanas foi porque "o seu intento e aspirações eram a independência da pátria; e proclamada ela sob o regime monárquico, ele a abraçou entusiasta, foi um dos seus mais estrênuos e dedicados sustentáculos". Por isso não aderiu à Confederação do Equador, "embora pareça que o seu amor próprio ferido pela tenaz resistência que opuseram à sua nomeação de presidente da província, fosse o móvel de pensamento e idéias contrárias". 11 p.357 Menos loquaz, resumiria Alfredo de Carvalho: "Era o legítimo representante do elemento moderado, mais inclinado ao absolutismo monárquico do que ao separatismo republicano". 8 p. 10

A 23 de dezembro de 1823, aliás, na representação dirigida nessa mesma data ao Imperador, o Grande Conselho relacionava abertamente os boatos sobre uma possível nomeação de Francisco Pais Barreto com "tentativas de absolutismo", além do que o "não julgavam os eleitores habilitados para o emprego" (sic), 37 p.303 pelo que solicitava-se de Pedro I que "houvesse por bem confirmar o novo governo (de Manuel de Carvalho Pais de Andrade) suspendendo o do Morgado do Cabo, que se dizia estar já nomeado presidente". Quando em janeiro de 1824 o chamado Governo Provisório da Província dirigiu nova representação sobre esse assunto às Cortes, alegou que não haveria quem se opusesse a Francisco Pais Barreto como presidente se fosse ele "capaz de sanar os males da Província", mas, na verdade, quando ele fosse mantido, "os males se exacerbarão pela falta de opinião pública, em que infelizmente tem caído a mencionada pessoa". 7 p.156 E a comissão enviada ao Rio de Janeiro para pedir que o Imperador revogasse a nomeação inquiriu Francisco Pais Barreto de "provocador da guerra civil e causa da sublevação de dois batalhões de caçadores", 38 p.304 enquanto Pais de Andrade, cuja eleição era veementemente sustentada pela representação de 8 de janeiro, continuava investido na presidência da Província. O Morgado conseguira, com efeito, levantar a 12 de janeiro parte do esquadrão de cavalaria sediado no Recife e os sublevados seguiram ato contínuo para o Cabo, onde se apresentaram a seu antigo comandante, Francisco José Martins, irmão de Domingos José Martins, mártir de 1817, que era partidário dos "morgadistas". 7 p. 176 A essa altura já se recolhera o Morgado ao seu engenho Velho de onde acompanhava o desenrolar dos acontecimentos e desse engenho fizera seu quartel-general.

Nos começos de fevereiro Pais de Andrade determinou que um contingente de cem homens de armas seguisse para o Cabo a fim de reforçar o destacamento local para lá despachado em janeiro, sob o comando do major Bento Lamenha Lins, o mesmo que não tardaria, de regresso ao Recife, a se fazer hostil aos "carvalhistas". Contra esse reforço militar formulou Francisco Pais Barreto um protesto datado do engenho Velho, acusando Pais de Andrade de pretender "aterrar os povos decididos ao seu reconhecimento" dele, Pais Barreto, como presidente. 10 v.9 p.11-3 Ainda nesse mesmo fevereiro foi o Morgado ao Recife e apresentou a Pais de Andrade a carta imperial que o tinha nomeado; Pais de Andrade remeteu-a à Câmara e esta, em sessão do dia 18, assentou que a posse devia ser sobrestada. Varnhagen apurou que foi para embargar essa decisão que os majores Bento José Lamenha Lins e Antônio Correia Seara se rebelaram, 38 p. 303 mas Ulisses Brandão abriu a Francisco Pais Barreto a inspiração do pronunciamento militar da madrugada de 20 de março, quando Seara e Lamenha mandaram prender e recolher à fortaleza do Brum o presidente em exercício, Pais de Andrade, pelo capitão Francisco da Rocha Pais Barreto e pelo tenente Antonio Lins Caldas, respectivamente sobrinho e primo do Morgado. 7 p. 177

Não tardou, porém, que a guarnição da fortaleza relaxasse a prisão e reintegrasse Pais de Andrade na presidência, parece que por mediação da Câmara de Olinda. Lamenha e Seara fugiram com duzentos soldados para o Cabo, onde, segundo Luna Freire, foi no dia 22 instalada uma "junta do Cabo" com Francisco Pais Barreto como presidente, Luiz Francisco de Paula, como vice e os vogais dr. Bernardo Luiz Ferreira, Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque, José Carlos Mairink da Silva Ferrão e dr. Manuel Inácio de Carvalho. 17 p.250 No mesmo dia Pais de Andrade despachava novos reforços para o Cabo e numa proclamação ao povo da freguesia denunciava que Lamenha e Seara estavam reunindo gente armada no engenho Velho. 10 v.9 p. 22 Mas "por questões de segurança" — explica Luna Freire, o Morgado, Lamenha, Seara e mais outros como José Joaquim Coelho — que iria desempenhar anos depois importante papel na repressão aos "praiheiros" —, marcharam com seus homens de armas e com o apoio de guerrilhas de Alagoas para a Barra Grande na vizinha província, onde aguardaram as ordens do governo imperial. Formava-se, assim, o "Exército Cooperador da Boa Ordem", que em agosto se iria incorporar às forças imperiais do general Francisco de Lima e Silva.

Antes, porém, do avanço de Lima e Silva ancoravam no porto do Recife as fragatas "Niterói" e "Piranga" sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra João Taylor e em 7 de abril o Grande Conselho novamente reunido, com exceção de representantes das câmaras do Cabo e de Sirinhaém, achando-se presente

um delegado daquele comandante, foi-lhe perguntado a que fim viera a força naval e a resposta veio breve e taxativa: o fim de gafantir a posse de Francisco Pais Barreto. Provocou isso uma grande celeuma no Conselho; muitos falaram, houve exaltação, frei Caneca fez questão de dar o seu voto por escrito e afinal foi decidido que se conservaria o presidente eleito, Manuel de Carvalho Pais de Andrade. 7 p.179-81.

O voto de Frei Caneca foi em grande parte uma ácida catilinária contra o Morgado. Depois de admitir que "não haverá nesta praça pessoa alguma, que com verdade lhe negue o ser bom pai de família, bom esposo, econômico de sua casa, muito devoto de seus parentes, e aquelas outras qualidades, que se circunscrevem ao pequeno círculo de uma casa, e constituem o bom cidadão privado", entende que daí não se pode inferir "a sua aptidão para governar povos, em crises de tanto risco, como a presente". "Que governo poderá fazer um homem, que, fora do talento para a intriga, não tem conhecimentos alguns; cujos despachos têm servido de objeto de riso, e um dos princípios para se lhe faltar com o respeito e confiança, únicos sustentáculos das autoridades"? 277.1 p. e 28 E mais tarde, em tom panfletário pelo "O Typhis Pernambucano": "Um homem aristocrata até os ossos por espírito de família, que tem para si, que *morgado* é título de nobreza, e que, por esta pequice, pode calcar a todos, espezinhar, machucar, não poderá sacrificar a província aos interesses do ministério ou despotismo, uma vez que lhe acenem com um retalho de fita azul, uma roseta de metal, uma vez que lhe dêem uma farda de laçao, um nome de moço fidalgo, ou de pagem da tábua?" . idem t.2 p. 519

A 2 de julho, afinal, foi proclamada a Confederação do Equador em manifesto dirigido aos habitantes do Norte do Brasil, porquanto Pais de Andrade podia logo contar com as províncias da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Pará, por onde seus emissários tinham andado em propaganda. 21 p. 39

Uma das primeiras providências de Pais de Andrade depois de declarada abertamente a Revolução foi a de mandar buscar 50 índios do Cabo para o serviço extraordinário "do Trem Real", no Recife, os quais iriam trabalhar juntos com os presos artífices que se encontravam recolhidos na cadeia da província. Isso porque tinha proibido o tráfico de escravos, informa Ulisses Brandão, o que lhe "dá a auréola de abolicionista de primeira linha". 7 p. 215 Fosse como fosse, a gente do Cabo continuava a inquietar Pais de Andrade, certamente prevendo que por ali viria o avanço das forças imperiais.

Não tardou, com efeito, que chegasse a Barra Grande o exército do brigadeiro Francisco de Lima e Silva, que já no dia 20 de agosto começava a avançar

para o Recife. Eram 1.200 homens aos quais juntou-se o "Exército Cooperador" de Pais Barreto iniciando-se a marcha de ambos rumo à vila do Cabo, de onde partiria a investida final sobre a capital da Província. No Cabo, com efeito, e nos engenhos Utinga, Trapiche, Guerra e Ilha já circulavam vanguardas "constitucionalistas" que tentariam embargar o passo a Lima e Silva, de sorte que a bacia inferior do rio Pirapama serviu de teatro de várias operações de guerra. Na verdade os "constitucionalistas" devem ter ido bem mais longe, até a fronteira com Alagoas, mas não chegaram a transpor o Persinunga para atacar o reduto de Barra Grande. Com eles estava decerto Frei Caneca, que no seu depoimento à comissão militar, em 20 de dezembro, perguntando se andara por aí "com jaqué de guerrilha", respondeu que não, e que tinha despido o hábito "na marcha do Cabo para o Recife, e se perdera (o hábito) por ir na garupa de um cavalo, que desapareceu". 27 t.1 p. 65

A principal manobra no sentido de cortar o passo às tropas imperiais e ao "Exército Cooperador" consistiu em fortificar poderosamente o lugar Ponte dos Carvalhos, por onde teriam de passar no caminho do Recife, transpondo o rio Jaboatão. Mas, Lima e Silva, que tinha concentrado as forças na vila do Cabo, ordenou um movimento circular envolvente pelo engenho Suassuna e pelo engenho Santana, atravessando o Jaboatão ao norte de Ponte dos Carvalhos e marchando a toda força para o bairro dos Afogados, no Recife.

Antes de iniciar o assalto final Lima e Silva intimou, em 11 de setembro, Manuel de Carvalho Pais de Andrade a se render, e a intimação foi datada do engenho Garapu, outro dos velhos engenhos pioneiros da região do Cabo. 17 p. 240 Foi isso no dia 11 de setembro. Dias depois feriu-se o encontro em Afogados com o Exército Constitucional, Lima e Silva levou a melhor e às 4 da tarde instalava-se no palácio do governo. 7 p. 234 Pais de Andrade recebera a intimação em Venda Grande, e "por não encontrar jangadeiro que o conduzisse ao Recife, embarcou na galera "Tweed", que o transportou para a Inglaterra". 17 p. 241

Durante seis meses Francisco Pais Barreto sustentara o "Exército Cooperador" às próprias custas, "gastando de sua fazenda para mais de trinta contos de réis", e nada quis receber como indenização. A casa que possuía no Recife foi posta à disposição do brigadeiro Lima e Silva. Suas fazendas e engenhos tinham em grande parte sido destruídos pelos "carvalhistas", conta o Padre Lino do Monte Carmelo Luna, "chegando o furor da vingança a ponto de tocarem fogo na casa de vivenda do engenho Velho do Cabo, socorrido de um barril de pólvora; de arrasarem todos os edifícios e obras dele, e até de profanarem a capela e suas sagradas imagens". 23 p. 253-4 Enquanto isso sua esposa D. Tereza Caldas Lins Barreto — conta ainda o mesmo biógrafo —, andara foragida, perseguida pelos propósitos de sequestro dos "aguerridos corifeus da república". Ao caçá-la in-

vadiram a propriedade de Luiz José Caldas Lins, cunhado e sogro do Morgado, mas D. Tereza evadira-se para o engenho Molinote, de um parente seu e ali internou-se nas matas com cinco filhos menores, passando vários dias "dentro do oco de uma grande pedra, a que chamavam do Urubu". *idem, idem*

Há de ter sido em reconhecimento de todas essas amarguras que Pedro I, antecipando-se ao desfecho da Confederação do Equador, agraciou Francisco Pais Barreto, em agosto de 1824, com o título de Visconde do Recife "com grandeza". Tendo ido no ano imediato ao Rio de Janeiro agradecer a outorga, fê-lo o Imperador armeiro-mor do Império e já lhe concedera meses antes a grã-cruz imperial da Ordem do Cruzeiro. E não parou aí a gratidão por quem tinha contrariado tão eficazmente "a rebelde facção que em Pernambuco se levantara, com o sacrílego projeto de destruir o trono e o império". *idem* p.257 Em outubro daquele mesmo 1825 era o Morgado do Cabo galardoado com o título de Marquês do Recife.

No Recife mesmo, quando ainda em 1824 instaram com ele para aceitar o posto de senador, o Morgado, que se tinha recolhido à velha vida agrícola, recusou terminantemente e indicou em seu lugar o inevitável José Carlos Mairink da Silva Ferrão, que fora seu companheiro na "junta do Cabo" e que, nomeado pelo Imperador como *tertius* entre "carvalhistas" e "morgadistas", respondeu a Pais de Andrade, que se dizia disposto a lhe entregar a presidência, escusando-se de assumir essa responsabilidade. Porque, segundo Varnhagen, "além de timorato de caráter, especialmente ante as cenas que presenciava, havia sido como que amigavelmente ameaçado para não tomar posse". 38 p. 305 Mas afinal debelada a Revolução, viria o mesmo Mairink a exercer a presidência da província (23 de maio de 1825), tendo como governador das armas o brigadeiro Lima e Silva.

O Decreto imperial de 7 de março de 1825 anistiou todos os implicados na Confederação do Equador que não haviam sido até então pronunciados. Já correria, porém, o sangue de vários outros sumariamente condenados pela comissão militar — a "execranda comissão", qualificou-a Frei Caneca. E foi a propósito da execução de Frei Caneca que Varnhagen escreveu, com a sua costumeira e áspera franqueza: "Se, por um lado, porém, deve a história do país lamentar a morte desses desgraçados, quase a par dos que caíram vítimas da guerra civil, faltaria ela à sua missão civilizadora, se não proferisse o anátema contra o causador de tantas desgraças e que se viu ainda em cima recompensado, vindo a acabar senador do Império". 38 p. 314 Pais de Andrade, com efeito voltando a Pernambuco depois da anistia de 1825, foi senador em 1834 e presidente da província quando da "guerra dos Cabanos".

Entre 1824 e a morte em Portugal, dez anos depois, do Bragança que fora o primeiro Imperador do Brasil, a série de amotinacões que em Pernambuco aconteceram — a “Setembrizada”, a “Abrilada”, a “Guerra dos Cabanos” — foram todas motivadas, em última análise, por um único desígnio, a volta de D. Pedro I. O retorno de D. João VI a Portugal em 1821 não concorrera para diminuir a imigração portuguesa que se vinha avantajando desde 1808. Já antes desse retorno uma primeira divisão partidária se esboçara no Brasil, entre liberais e absolutistas, mas foi com a abdicação do primeiro Imperador, em 1831, que os verdadeiros partidos políticos definiram-se, o Restaurador, o Caramuru e o Liberal. O Restaurador, também chamado de partido dos “regressistas”, era composto em sua maior parte de portugueses e pugnava pela reinvestidura de D. Pedro no trono imperial. O Caramuru batia-se pela abolição do regime monárquico, e o Liberal aceitava a monarquia mas com uma reforma da Constituição de 1824. O primeiro movimento registado em Pernambuco durante o período da Regência instaurada depois da abdicação foi o levante, em setembro de 1831, da tropa de linha instigada pelos “regressistas”. Os soldados, porém, foram desarmados pelo povo e degredados para Fernando de Noronha.

Pediu-se então ao Ministério da Guerra nova tropa de linha para a praça desguarnecida, mas quando um batalhão de caçadores composto de pernambucanos foi deslocado do Rio Grande do Sul onde se encontrava, a presidência da Província recusou-se a proporcionar meios para o desembarque e afinal de contas, por insistência do comandante da fragata “Bahiana”, admitiu que a tropa viesse para terra. Não antes, porém, de pagar os soldos em atraso — graças aos recursos fornecidos por negociantes do Recife — e de dissolver o batalhão. Os soldados desmobilizados foram imediatamente distribuídos por suas freguesias de origem e a capital da Província continuou sem guarnição, fazendo as vezes dela as milícias, compostas em sua maior parte de portugueses. 31 p. 425-9

Foram essas mesmas milícias que no ano imediato amotinaram-se, concentraram-se em pé de guerra no bairro do Recife, mantendo o comércio paralisado durante os dias 14, 15 e 16 de abril e as famílias privadas de sustento, o que levou o governo provincial a distribuir armas com a população para reprimir os insurretos: foi a “Abrilada”, ou “revolução dos portugueses em Pernambuco”, como preferiu chamá-la Felix Fernandes Portela. Comandada pelo então coronel José Joaquim Coelho, aliás português de nascimento, e com a ajuda dos estudantes do curso jurídico de Olinda, a desforra não foi menor do que a ofensa: morticínio dos amotinados, “não se dando quartel aos portugueses onde fossem encontrados”, tudo aos gritos de “mata, mata marinheiro”.

Como salientou Maximiano Lopes Machado, a “guerra dos Cabanos”, iniciada em 1832, foi a continuação da “Abrilada” e só se daria por terminada

dois anos depois, com a morte de D. Pedro em Portugal. Antes de se reduzir, afinal, a uma campanha de emboscadas nas matas de Pannels de Miranda, em Pernambuco, e de Jacuípe, em Alagoas — campanha mantida, segundo parece, à custa de munições e mantimentos fornecidos pelos “regressistas” do Recife³¹ p. 432 — a Cabanada assolou grande parte do Agreste e da Zona da Mata, “de Garanhuns a Canhotinho, do Altinho a Barra da Jangada, do Bebedouro a Pannels, do Quipapá a Pimenteiras, de São Lourenço a Palmares, de Catende a Capoeiras, de Jacuípe a Feijão Branco e Serrote Liso”, conforme resumiu Lopes Machado, 25 p. 61 mas nenhum registro especial obtivemos de episódio que tivesse ocorrido na freguesia do Cabo de Santo Agostinho nem do envolvimento de alguém que pertencesse às famílias tradicionais da região. Diga-se o mesmo, aliás, da “Setembrizada” e da “Abrilada”, bem como, ainda depois, em pleno curso da “guerra dos Cabanos”, da insurreição militar de janeiro de 1834, no Recife, que deu lugar a um manifesto publicado no “Diário de Pernambuco”, “contra o infame partido restaurador”. 10 v. 10 p. 3

Nega terminantemente o general Mello Rego, aliás contemporâneo dos sucessos de 1848 e 1849 e que servira, antes da rebelião, no 2o. batalhão de artilharia sob o comando do capitão Pedro Ivo, que a Praieira irrompida a 7 de novembro se tivesse animado de quaisquer intuítos republicanos ou separatistas. E arrola vários testemunhos de praieiros segundo quem a expulsão do presidente Ferreira Pena seria comunicada ao Imperador, deste se exigiria a convocação de uma assembléia constituinte e a reforma da Constituição era concebida expressamente “sobre as bases cardeais da Monarquia Constitucional e da integridade do Império”. 33 p. 102-3 A existência de republicanos entre os praieiros não é de molde a contestar na rebelião a ausência geral de uma ideologia republicana. O mais extremado desses republicanos, Antonio Borges da Fonseca, o “Repúblico”, entrou tardiamente no movimento — embora tivesse continuado a conduzi-lo mesmo depois da morte de Nunes Machado. Como regista o historiador Amaro Quintas, 32 p. 15 a Praieira, resultante de um estado de desequilíbrio econômico-social, não foi um movimento propriamente provocado por causas políticas.

O que havia era um fermento socialista revolucionário. Socialista em função do estado de desequilíbrio econômico-social que chegara a extremos (Amaro Quintas) e revolucionário porque era essa no dizer de Joaquim Nabuco, uma tendência permanente do povo pernambucano, “uma democracia de fidalgos” em cuja plebe “o sangue de muitas famílias se ilustraram, durante a guerra holandesa umas, outras na independência, outras finalmente pela riqueza e posição social. Pela altura de suas origens — continua Nabuco — essa democracia tendia a subir, sentia a necessidade de elevar-se e as condições da província não o permitiam”. 30 p. 75... Bem menos analítico, já nos dias de 1817 o autor das “Revolu-

ções no Brasil" atribuíra *tout court* esse fermento revolucionário ao "maligno vapor pernambucano". 34

Com a chamada Praia, contudo, acentuaram-se entre os próprios praieiros tendências radicais jacobinas, de uma parte, e de outra parte liberais moderadas, ou conservadoras. Daí que — transcrevemos ainda *Um Estadista do Império* — se em 1817 os que mais se apaixonaram pela Revolução de 1817 tinham sido as famílias tradicionais, os senhores de engenho, os ricos proprietários, "os que restavam (agora) dessa geração não podiam partilhar os princípios nem adotar as maneiras da secção extrema da Praia". 30 p. 77

Os anos de 1837, 1840, 1841, 1844 e 1848 correspondem a alternativas de gabinetes conservadores e liberais no governo imperial. Logo com o gabinete conservador de 1837 começou em Pernambuco o domínio da família Cavalcanti, implantado com a ascensão ao governo da Província de Francisco do Rego Barros, Barão da Boa Vista. Os Cavalcanti, proprietários de um terço dos engenhos da Província, eram os da família daquele general Suassuna, de quem já nos ocupamos com os registros da Revolução de 1817. Suassuna era, assim, um dos que representavam a classe de ricos senhores de engenho "que em Pernambuco sacrificaram fortuna e família pela idéia da independência. Muitos anos, porém, tinham mediado desde esses tempos heróicos da Província; lutas partidárias, de caráter mais ou menos faccioso, tinham apagado a recordação deles". *op cit.* p. 36 Os laços de parentesco eram numerosos entre os clãs Rego Barros e Cavalcanti, de sorte que no governo do Barão da Boa Vista um regime de favoritismo familiar cedo degenerou a experiência política dos conservadores dos "guabirus", como eram depreciativamente alcunhados — de conluio com grandes negociantes e senhores de engenho e o presidente da Província mostrava-se "incapaz de coibir os desmandos de seus parentes, vários deles abusando de sua posição para contrabandear africanos, roubar escravos, fazer circular cédulas falsas e até cometer assassinios". 32 p. 29

Várias alcunhas eram dadas ao partido do Barão, inclusive a de "trapicheiro", numa alusão àquele secular engenho de bois da freguesia do Cabo de Santo Agostinho, o engenho Trapiche, cuja localização é ainda hoje assinalada à margem da BR 101 pelas ruínas da reformada capela de N. S. da Saúde e onde nascera Francisco do Rego Barros. Quando em 1844 os liberais passaram a constituir o novo Ministério encerrou-se o governo de Rego Barros e começou o do desembargador Chichorro da Gama (1844-1848), mas a oposição dos praieiros ao Barão, ao longo dos seis anos que este passara na presidência da Província, timbrara, por assim dizer, o caráter da Praia.

Foi acirrada a partir do pleno domínio político dos praiheiros a hostilidade aos senhores de engenho, com diligências policiais cumprindo-se nas casas grandes e pressões se exercendo sobre os moradores, em nome da repressão do "feudalismo" dos grandes proprietários rurais, mais precisamente dos parentes consanguíneos, afins e colaterais dos Cavalcanti. "Todo o vosso furor — escreveu em 1847 o magistrado José Tomás Nabuco de Araújo dirigindo-se aos praiheiros — todo o vosso furor, toda a vossa ostentação de força, todo vosso luxo de poder tem sido dirigido contra os engenhos dos cidadãos honestos". 2 p.11 E aconteceu que, assumindo o caráter de uma "verdadeira traição" (Joaquim Nabuco) os moradores "que se uniam aos senhores de engenho pela força do hábito, pela influência de costumes antigos, pelos laços de gratidão, antes quiseram votar com a polícia que os aterrava do que com os seus patronos naturais". 30 p. 65

E não era só a hostilidade aos grandes proprietários rurais, mas também aos portugueses, que monopolizavam o comércio tanto quanto os senhores de engenho monopolizavam as terras no interior. Aos portugueses e aos europeus em geral, de sorte que "a guerra dos Praieiros era feita a esses dois elementos — o estrangeiro e o territorial". Os Praieiros — disse ainda Nabuco — "só tinham um programa conhecido em todo o país: a idéia retrógrada da nacionalização do comércio". 30 p. 72

Quando em 1848 Chichorro da Gama foi substituído na presidência da Província, seu sucessor, o conselheiro Vicente Pires da Mota, não reintegrou as autoridades policiais a quem o chefe de polícia de Chichorro ordenara que não se dessem por demitidos, e essa foi a causa principal do ressentimento dos Praieiros, ou seja da rebelião, que, segundo Mello Rego, por isso mesmo "não passou de um movimento faccioso, com o pretexto de que, sendo as autoridades policiais nomeadas por proposta do chefe de polícia não podiam ser demitidas sem que este fosse ouvido". 33 p. 17 Como quer que fosse a revolta fizera-se inevitável, "não porque os chefes políticos da Praia a promovessem, mas porque eram impotentes para dominar os seus correligionários". Ganhara as proporções de um "turbilhão popular" no dizer de Joaquim Nabuco, que aliás conta ter o conselheiro João Alfredo ouvido certa vez do Visconde de Camaragibe que "a Praia tinha tirado aos conservadores nove décimos da população e que o cavalcantismo tinha degenerado pelo crime dos feudatários, senhores de engenho". 30 p. 7

O partido, contudo, era inexperiente e animara-se de um preconceito vulgar, a nacionalização do comércio. "No todo — escreveu ainda Joaquim Nabuco — não eram nem os restos do antigo republicanismo de 1824 e de 1831, nem um

núcleo liberal; o que eles encarnavam era o descontentamento sem fórmula concreta, sem consciência do que o pode satisfazer". *op. cit.* p. 76 A rebelião Praieira poderia ter sido desejada pelos "guabirus", tão proveitosa lhes foi.

Por esse "suicídio da Praia" (Mello Rego) pagou-se contudo um alto preço em afrontas, prejuízos, desgostos e sangue derramado. Cingidos aos objetivos que nos impusemos, ainda nesse caso trataremos somente do pouco que aconteceu no Cabo e com a gente do Cabo. Tudo sempre na medida do que pudemos recolher de registos históricos.

Na sua *Justa Apreciação do Predomínio do Partido Praieiro* Nabuco de Araújo procedeu a um minucioso levantamento das demissões e reformas feitas pelo governo provincial durante aquele predomínio, visando principalmente autoridades policiais. Francisco Pais Barreto, senhor do engenho Molinote e suplente do delegado do Cabo foi um dos primeiros demitidos. No Poço da Panela, no Recife, foram igualmente destituídos o subdelegado Francisco da Rocha Pais Barreto, "Oficial do Cruzeiro, senhor de engenho, rico proprietário, tenente-coronel reformado do exército" e seu suplente Antonio Lins Caldas, também tenente-coronel e abastado senhor de engenho. José Luiz Caldas Lins, subdelegado em Barreiros e suplente em Una, senhor de engenho igualmente, viu-se demitido de ambos os cargos. As demissões de Antonio Lins Caldas e José Luiz Caldas Lins, aliás, foram especialmente confirmadas depois por Chichorro da Gama. 2 p. 65-72

Iniciada no Recife, a rebelião de 1848 alastrou-se depressa por Nazaré, Olinda, Igarapé, Paudalho, Una, Água Preta, Vitória de Santo Antão, São Lourenço, Bonito, Flores, e nos arredores do Cabo em Rio Formoso, Sirinhaém, Ipojuca, Escada, Jaboatão e Muribeca. Assumindo o governo da Província em outubro de 1848, o presidente Herculano Ferreira Pena cuidou sem tardanças de reprimir o movimento na costa meridional de Pernambuco, onde Rio Formoso e Sirinhaém foram logo invadidos. Em Rio Formoso acuartelou-se o então general José Joaquim Coelho, depois Barão da Vitória, com um grande depósito de munições e dali fez marchar em janeiro de 1849 suas forças contra o Recife, ao mesmo tempo que se dirigia para lá uma divisão de rebeldes, via Paudalho e São Lourenço, sob o comando do capitão Pedro Ivo. No percurso entre o engenho Velho e Afogados, este na periferia do Recife, juntaram-se à tropa do general Coelho os "voluntários do Cabo" sob o comando do coronel de legião João do Rego Barros, "homem de ação e abnegação que não media sacrifícios ao serviço das causas a que se dedicava". "Era um corpo de cavalaria — registou o general Mello Rego — formado de cidadãos de posição social, proprietários e seus parentes e aderentes, que serviam por pura dedicação à causa pública, sem perceberem vencimentos ou qualquer outra vantagem". 33 p. 40

Antes dos combates travados no Recife — durante os quais morreu Nunes Machado — feriram-se escaramuças e tiroteios em Ponte dos Carvalhos, lugar de passagem, sempre, das tropas legalistas que demandavam a capital da Província durante as revoluções do século XIX. No dia 2 de fevereiro, finalmente, os Praieiros foram batidos na capital e depois disso o movimento amorteceu, embora mais tarde tivesse recrudescido nas matas de Água Preta com o capitão Pedro Ivo. Três meses antes desse desfecho contingentes praieiros tinham sido expulsos do engenho Dois Irmãos, nas vizinhanças do Recife, pelo 6o. batalhão de caçadores do major João Guilherme Bruce. Ao registrar esse episódio informa Pereira da Costa ^{10 v.10 p. 413} que esse engenho Dois Irmãos fora levantado em terras do antigo engenho de Apipucos, na primeira metade do século XIX — pouco antes da rebelião Praieira, portanto — pelos irmãos Antônio (Toné) e Tomás Lins Caldas (Coló), nascidos ambos na paróquia do Cabo; e assinala que Coló é o mesmo Tomás que participara da guerrilha do Padre Antônio Souto Maior em 1817 e fora aprisionado juntamente com Domingos José Martins nos manguezais de Porto de Galinhas.

Seria ainda indicado procurarmos identificar na região do Cabo possíveis repercussões daqueles acontecimentos que Armando Souto Maior incluiu na categoria de "lutas sociais no outono do Império": motins, destruição de pesos e medidas, ataques aos cartórios e às Câmaras Municipais, que se sucederam no Nordeste, particularmente na Paraíba e em Pernambuco, no ano de 1874 e que foram o chamado "Quebra-quilos", protesto popular violento contra a implantação, no país, do sistema métrico francês. Da leitura, porém, do mais minucioso estudo até agora feito do episódio, e que é o livro de Armando Souto Maior, ³⁵ nada pudemos obter para tal identificação. Talvez, inclusive, porque o Cabo era então ainda um centro do tipo "aglomerado rural", praticamente sem serviços comerciais de importância bastante para justificar ocorrências como as que se multiplicaram, por exemplo, no comércio a varejo do Recife.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, Gilberto Osório de. *Montebelo, os males e os mascates*. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1969, 181 p.

2. ARAÚJO, José Tomás Nabuco de. Justa apreciação do predomínio do partido praieiro ou história da dominação da praia. Pernambuco, Tipografia União, 1847, 96 p.
3. BANDEIRA, Alípio. *O Brasil heróico de 1817*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918, 335 p.
4. BARRETO, Carlos Xavier Pais. *O Rio Formoso*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Aurora Ltda., 1955, 117 p.
5. ————. *Os primitivos colonizadores nordestinos e seus descendentes*. Rio de Janeiro, Editora Melso Soc. An., s.d., 378 p.
6. BARRETO, Silvio Pais. Origens e brasões. In: ANDRADE, G. Osório & LINS, Rachel C. *João Pais do Cabo: o patriarca seus filhos, seus engenhos*. Recife, Ed. Massangana, 1982.
7. BRANDÃO, Ulisses Carvalho Soares. *A Confederação do Equador*. Recife, Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1924. 296 p.
8. CARVALHO, Alfredo de. Os motins de fevereiro de 1823. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 10(56): 1-22 março, 1902.
9. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa. Revoluções gêmeas: 1817-1824. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 26 (123-6): 375-81, 1924.
10. COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais pernambucanos*. Recife, Ed. do Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1951-66. 10 v.
11. ————. *Dicionário bioaráfico de pernambucanos célebres*. Recife, Tipografia Universal, 1882. 804 p.
12. DELGADO, Luiz. A Convenção de Beberibe. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1971. 31 p.
13. DEPOSIÇÃO de Jerônimo de Mendonça Furtado, Governador de Pernambuco, Ano de 1666. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 57:11-42, 1935.
14. FELIPE, Israel. *História do Cabo*. Recife, Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1962. 428 p.

15. FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. *Nobiliarquia pernambucana*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1935, 2 v.
16. FONSECA, Felipe Mena Calado da. O Movimento revolucionário de Goiana em 1821, *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 13 (71):5-69, 1908.
17. FREIRE, Antônio Adelino de Luna. Revolução de 1824. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 8(47): 209-300, 1895.
18. GRAHAM, Mary. O assedio do Recife em 1821. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, (Trad. por Alfredo de Carvalho). Recife, 11(60-3):89-109 e 590-610. 1903-4.
19. LIMA, Manuel de Oliveira. Anotações. In: TAVARES, F. M. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Recife, Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1917, p. 7-302.
20. LIMA, M. de Oliveira. Discurso oficial. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 19(95-8):42-55, 1917.
21. ————. História e histórias. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 20(99):37-59, Jan./Mar., 1918.
22. ————. *O movimento da independência — o império brasileiro 1821-1889*. 2. ed. São Paulo, Melhoramentos, s. d. 509 p.
23. LUNA, Lino do Monte Carmelo, Padre. Biografia do Marquês do Recife. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 1(7):235-63. 1898
24. MACHADO, Maximiano Lopes. Introdução In: TAVARES, F. M. *História da Revolução de Pernambuco em 1817*. Recife, Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, 1917, p. XI-LXXIII.
25. ————. O 14 de abril de 1832, em Pernambuco. *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, Recife, 6(38):37-66, 1890.
26. MARTINS, Joaquim Dias. *Os mártires pernambucanos*. Recife, Tipografia de F. C. de Lemos e Silva, 1853. 610 p.
27. MELLO, Antônio Joaquim de, Comendador. *Obras Políticas e Literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Recife, Tipografia Mercantil, Tomo 1o. 1875, Tomo 2o. 1876; 148 e 624 p.

28. MELLO, José Antônio Gonsalves de. João Fernandes Vieira, Mestre de Campo do Terço de Infantaria de Pernambuco. Recife, Universidade do Recife, 1956. 2 v. (324 e 438 p.)

Fundação Joaquim Nabuco
Biblioteca Central Blanche Knopf
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO USUÁRIO
Rua Dois Irmãos, 92 - Apipucos
50.000 - Recife - PE

